



UMA GEOPOLÍTICA PARA A PANAMAZÔNIA

"A geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos."

Carlos de Meira Mattos

General-de-Divisão R-1 da Turma de 3 Jan 36, fez os Cursos da Escola Militar do Realengo, da "Leadership and Battle School" (Nápoles), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

Dentre as numerosas funções exercidas destacam-se as de membro do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (FEB), de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de Adido Militar na Bolívia, de Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República e de Comandante do Destacamento Brasileiro na Força Interamericana de Paz (FAIBRAS).

Autor de numerosos trabalhos, principalmente sobre Geopolítica, ressaltando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil".

Sua última função exercida foi a de Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa (CID) em Washington, Estados Unidos da América.

Os fatores geográficos predominantes que atuam na massa continental sul-americana são, fora de dúvida, os dois grandes oceanos que banham suas costas e a espinha dorsal andina alteando-se rumo norte-sul, mais encostada ao Pacífico e dividindo as terras em duas enormes vertentes. Duas grandes bacias, a platina e a amazônica, carregam estímulos regionais integradores de interesses. Outro fator de importância embora menor, é o planalto Central Brasileiro, massa compacta de "divortium aquarum" das três grandes bacias fluviais sul-americanas.

A forma de presunto do continente com suas áreas mais largas circunscritas na zona tropical representa uma desvantagem climática que atinge a maior parte do território brasileiro.

Assim estruturado e posicionado, o continente sul-americano, como base de grupos humanos, está submetido às influências e atrações externas, levadas e

trazidas pelos dois oceanos, e internas oriundas das forças interiores geradas por sua própria continentalidade, que inspiram vocações nas sociedades que dela participam. A história já consagrou a vocação marítima dos fenícios e britânicos e a vocação continental dos mongóis e germanos. Os geopolíticos e estrategistas contemporâneos vêem nos Estados Unidos uma sociedade de vocação mista, continental-marítima, face à combinação da excelência de seu território batido pelas ondas dos dois maiores oceanos do planeta, e na União Soviética uma sociedade com vocação continental em virtude do mal posicionamento de suas costas, mas cujos governos, desde de Pedro "O Grande" e Catarina I buscam insistentemente, através da aquisição de tecnologia adequada, plasmar uma vocação marítima nacional.

A vocação marítima ou continental cria interesses, inspiradores de políticas e de estratégias nacionais. Os britânicos, afinados com sua vocação, buscaram seu destino de grandeza transformando-se numa potência naval e os germanos puseram em marcha uma doutrina de poder terrestre assentada na força dos exércitos.

Essas considerações preliminares abrem-nos o horizonte para tratar da Amazônia sul-americana, imensa planície de 7,0 milhões de km², pouco menor do que a Europa, na qual o Brasil ocupa 4,8 milhões de km² ou sejam, 69%. Convivem conosco nessa vastíssima região natural, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Equador. Trata-se, pois, do condomínio geográfico de uma área com idênticas características geológicas, biológicas, zoológicas e humanas, a ponto de destacados geógrafos a considerarem indistinta, de um país a outro, a não ser na diferenciação dos idiomas falados pelos habitantes.

A posição brasileira nessa enorme calha fluvial ecologicamente uniforme é privilegiada. Possuímos 69% da área, somos recipientes de todas as suas águas e as levamos ao respiradouro de um amplo delta no Oceano Atlântico, temos limites fronteiriços com todos os condôminos menos o Equador. A topografia favorece ainda mais a nossa posição; enquanto as amazônias venezuelana, colombiana, peruana, boliviana e equatoriana só se comunicam com seus litorais, transpondo as alturas da cordilheira andina, todas essas terras vizinhas, entretanto, alcançam o delta do Grande Rio num movimento leve e contínuo de descida, sem contrariar a lei da gravidade.

Outra característica comum a todas as seis amazônias nacionais, é o isolamento e o pauperismo. O desafio amazônico, onde o meio avassala o homem ainda não teve resposta adequada. Grandes escritores como Euclides da Cunha e o peruano Vargas Llosa sentiram o peso arrasador da natureza portentosa sobre o homem ali confinado, salpicado teimosamente à beira das águas imensas e florestas gigantescas, Euclides da Cunha, referindo-se à presença do habitante nessas paisagens desoladas de inundações e selva diz que "o homem é ali um intruso impertinente".

Essa região de ecologia uniforme, cuja superfície abrange territórios de seis nacionalidades, está à espera de um projeto de desenvolvimento integrado. Deve ser tratada como a unidade geográfica que é. Seus problemas merecem ser equacionados no âmbito dessa unidade. Acreditamos que no passado, quando os instru-

mentos da tecnologia a serviço do progresso eram ainda precários, fosse realmente uma ousadia querer-se tratar a Amazônia como um todo; seria agrandar as dificuldades de um ambiente geográfico já por si hostil à ação humanizadora. A solução de dividir para civilizar talvez fosse a mais aconselhável buscando cada uma das nações atrair os seus espaços amazônicos para a influência dos respectivos litorais no Pacífico ou no Atlântico. Mas, vencido o tempo até os nossos dias, conclui-se que essa solução divisionista da unidade geográfica amazônica não deu resultados. Continuam as amazônias venezuelana, colombiana, peruana, boliviana e equatoriana, despovoadas, pobres e isoladas, representando o território mais atrasado dos respectivos países. A amazônia brasileira, em que pesem os esforços ali concentrados nos últimos quinze anos, continua a ser a área de menor densidade populacional — 2 hab./km² — e menor PIB do nosso País. O realismo político que deve ser a força-motriz do desenvolvimento moderno está a aconselhar que se instaure uma nova estratégia para o desenvolvimento amazônico, uma estratégia de panamazônia como já se referiu o Professor Arthur Reis, que aprecie a área como uma unidade geográfica, procure interpretar os seus apelos geográficos e planeje um esquema de desenvolvimento regional. Seria um plano de desenvolvimento sócio-econômico regional e multinacional. Beneficiária a todos os países condôminos da bacia, pois alargaria as fronteiras econômicas de todos.

Cobrindo uma área equivalente a 2/5 partes da América do Sul, a panamazônia está a exigir uma atenção especial de seus condôminos que a retire desse longo período de isolamento e pauperismo num planeta que progride vertiginosamente. Seria mesmo um desafio perigoso manter-se esse vazio demográfico (1,6 hab./km²): em área de dimensões continentais, quando o grave problema das regiões superpovoadas como Bangladesh, Indonésia e China, começa a assumir foros de inquietação internacional.

As províncias amazônicas dos seis países sul-americanos merecem uma política de comunidade que lhes dê um impulso verdadeiro no sentido de seu desenvolvimento econômico e social. Não serão nem a Europa nem os Estados Unidos que terão que vir resolver este problema; seremos nós, os donos do problema. Unir-nos em termos de comunidade para impulsionar o desenvolvimento regional não é novidade nem fere a sensibilidade das soberanias nacionais. Estruturar essa comunidade em termos de sua funcionalidade, igualmente será repetir experiências já consagradas pelo êxito em outras partes do mundo. A Europa ocidental, após a 2ª Guerra Mundial, assistiu ao sucesso de, pelo menos três dessas experiências — a comunidade do carvão e do aço, a Benelux e o mercado comum europeu. Nem se diga que os países europeus que se associaram através desses pactos regionais renunciaram às suas respectivas soberanias. Ao contrário, aumentaram de poder, em consequência do fortalecimento de suas economias e dos benefícios sociais auferidos por suas populações. Ademais, uma solução comunitária para os problemas econômicos e sociais da panamazônia levaria a vantagem de permitir um equacionamento ajustado à ecologia e às necessidades regionais. Seria uma solução amazônica para problemas amazônicos. Seria uma tentativa de vertebrar a região como um todo e não como seções secundárias de áreas marítimas do Atlântico ou do Pacífico. Os benefícios colhidos se difundiriam às áreas adjacentes

da bacia do Orenoco e das Guianas, onde existem carências semelhantes às da bacia do Rio-Mar. Este, aliás, é o espírito da solução que vem sendo negociada pelas chancelarias dos países da região, sob a denominação de Pacto Amazônico.

Em nosso livro "A Geopolítica e as Projeções do Poder", referimo-nos aos estímulos do meio físico em que vive o homem que, segundo Toynbee, "inspiram, indicam rumos, despertam necessidades". Todas as populações que habitaram ou habitam o planeta estiveram submetidas a esses estímulos do meio físico envolvente; venceram as que foram capazes de respondê-los adequadamente, superando os obstáculos que antepunham ao seu progresso e fracassaram as que não souberam dar uma resposta adequada. Por menos realista que se seja, será impossível deixar-se de reconhecer que o meio físico ou, em termos de poder, o território, condiciona a vida da sociedade que nela habita.

Duas influências principais do meio geográfico saltam logo à vista — a dos mares e dos continentes. Os países predominantemente marítimos devem buscar soluções para seus problemas na utilização do mar. Os possuidores de imensas áreas interiores somente mostrar-se-ão aptos à plena valorização de seu território quando forem capazes de explorar essas massas continentais. Aqueles que combinam influências marítimas e continentais hão de encontrar seu destino geopolítico na medida em que forem capazes de explorar a fundo ambos os apelos.

Há quem diga que os avanços da ciência e da tecnologia deram aos países modernos instrumentos que minimizaram sua dependência da geografia, antes quase tirânica. Outra coisa, entretanto, é o que se vem observando no processo de desenvolvimento das nações nesses últimos 100 anos — progridem aquelas que se mostram capazes de aplicar a moderna tecnologia, dominando e explorando suas potencialidades geográficas.

Vejamos quais seriam os estímulos emanantes da área panamazônica. Uma costa marítima de cerca de 1.500 km e uma fronteira interior de 15.000, sendo 11.000 de lindes internacionais. O perímetro terrestre dez vezes maior que o perímetro marítimo dá a marca de continentalidade dessa região.

A abordagem à Panamazônia se faz por três frentes: a frente atlântica, a mais tradicional, seguindo a rota do grande rio, da foz para as nascentes; a frente do planalto Central Brasileiro descendo as linhas secas que separam os grandes afluentes da margem direita; foi a rota de Raposo Tavares e outros bandeirantes; finalmente a frente fronteira baixando das terras altas dos contrafortes andino e guiano no rumo dos formadores da margem esquerda.

Dessas três frentes de abordagem à imensa bacia amazônica, a frente atlântica vem sendo explorada desde o princípio do século XVII quando Francisco Caldeira Castelo Branco fundou o Forte de Presépio em Belém (1616), que serviu de base logística às bandeiras fluviais que a partir desse momento passaram a penetrar na grande planície. A mais profunda e mais importante dessas expedições, considerada a da descoberta portuguesa da Amazônia, foi a de Pedro Teixeira, em 1637, que "com uma armada de quarenta e sete canoas, mil e duzentos índios e mais de seiscentos soldados portugueses, o que contando com mulheres e curu-

mins, fazia a expedição ascender a duas mil e quinhentas almas, explorou a fundo o grande rio, chegando até a região dos seus formadores através do Solimões e Napo em direção a Quito, e regressou a Belém após dois anos”.

Depois da brilhante façanha de Pedro Teixeira, várias iniciativas buscaram aprofundar a penetração colonizadora por essa via fluvial. Como marcos principais sucederam-se, no século passado, a elevação da comarca de Manaus à categoria de Província do Império, a criação pelo Visconde de Mauá da primeira empresa de navegação a vapor, a Companhia de Navegação e Comércio, transferida para a “Amazon River”, o grande movimento imigratório de populações nordestinas para os seringais a partir da seca de 1877, atraídas pelo advento da era econômica da borracha, o conflito acreano; neste século a construção da estrada de ferro Madeira—Mamoré, as tentativas de racionalizar a cultura da hévea, a chamada batalha da borracha durante a 2ª Guerra Mundial e, finalmente, as medidas governamentais destinadas à valorização da Amazônia. A fase da penetração apenas pela frente atlântica plantou na Amazônia brasileira, essencialmente, dois pólos de progresso, dois pontos de apoio logístico para as operações futuras — Belém e Manaus.

A partir dos anos 60 foi entendido que o esforço colonizador pela via do rio teria que ser reforçado. Ativou-se a frente do planalto. Com a transferência da capital para Brasília assentou-se no Planalto Central uma base logística e administrativa. Tornou-se mais fácil o desenvolvimento da nova estratégia de conquista da Amazônia pela via continental. Plantada a capital no espigão-mestre, trata-se agora de procurar as grandes linhas secas e descer até encontrar a planície imensa.

A primeira descida foi a rota de Belém—Brasília. Em seguida veio Cuiabá—Porto Velho—Manaus e, finalmente, a Cuiabá—Santarém. Os três grandes divisores, separadores dos maiores rios amazônicos da margem sul serviram de balizas para as grandes estradas longitudinais — a Belém—Brasília procurando a linha seca entre o Araguaia-Tocantins e o Xingu, a Cuiabá—Porto Velho—Manaus seguindo inicialmente “divortium aquarum” entre o Tapajós e o Madeira e, depois de cruzar o Madeira, o espigão entre este e o Acre-Purus, bifurcando uma perna para o Rio Branco, no Acre. Esta fase de penetração pela frente continental do planalto, ainda hoje, em pleno desenvolvimento, vai ficando novos pólos de articulação do espaço amazônico entre os quais se destacam Porto Velho, Santarém, Marabá e Rio Branco no Acre. Uma grande rodovia, a Transamazônica, une transversalmente essas três longitudinais, permitindo melhor articulação do sistema.

A mais atrasada das frentes de penetração é a formada pelo enorme arco fronteiriço que vai dos limites de Roraima até os limites da Rondônia, envolvendo nossas lindes com a Venezuela, Colômbia, Peru e norte da Bolívia. Aí não há um sistema de estradas; os cursos navegáveis terão ainda que servir de principal meio de articulação. Os pontos de apoio, centros ecumenizadores salpicados na imensidão dos vazios, precisarão ser estimulados ou criados. A Perimetral Norte, margeando a fronteira de Macapá até Cruzeiro do Sul, no Acre, será o eixo articulador indispensável desse imenso arco lindeiro; pena que sua construção tenha sido suspensa por motivos orçamentários.

No território de Roraima, Boa Vista surge como uma estrela de primeira grandeza, concentrando-se em Manaus por via terrestre e por via mista rio-estrada, ligando-se com as localidades de Lethen na República da Guiana e Santa Helena da Venezuela. Esse triângulo Boa Vista-Lethen-Santa Helena deverá ter seu progresso incentivado pelos três países, transformando-se numa área fronteiriça de intercâmbio, um verdadeiro pólo de dimensões internacionais, com as localidades apoiando-se mutuamente, irradiando desenvolvimento econômico e social às regiões adjacentes.

O outro pólo internacional seria a área fronteiriça do rio Solimões, onde se confrontam, a pequena distância, as localidades brasileiras de Tabatinga, Benjamim Constant e Atalaia, a colombiana Leticia e a peruana Ramon Castilla; à distância, encontra-se Iquitos, a capital do departamento de Loreto. Essa é uma região que desfruta de condições muito favoráveis para se transformar num extraordinário pólo multinacional integrado, propulsor da vitalidade regional; a via fluvial ampla e livre une Manaus a Iquitos; bem aparelhada com uma frota fluvial moderna essa há de ser uma fronteira de intercâmbio e de propulsão de desenvolvimento.

No extremo sul desse arco fronteiriço forma-se, em torno de Porto Velho, outra área-pólo internacional englobando as localidades de Guajará-Mirim e Rio Branco no Brasil, Riberalta e Cobija na Bolívia. Articula-se essa área por via terrestre com Cuiabá, Manaus, por via fluvial com Manaus, Belém, Trinidad, capital do departamento do Beni na Bolívia.

As três áreas-pólo internacional acima destacadas deveriam ser objeto particular de acordos internacionais especiais entre os países deles participantes a fim de que se integrassem numa comunidade econômica perfeita que as permitisse servir de centro irradiador de progresso regional. Deveriam receber absoluta prioridade nos projetos nacionais de transportes, de telecomunicações e de incentivos econômicos para produção, de sorte a virem constituir-se nas pontas-de-lança da frente fronteiriça de abordagem da panamazônia.

* * *

Creemos ter esboçado uma geopolítica para o desenvolvimento da panamazônia. Na primeira parte analisamos as dimensões desconuais dessa região natural onde os problemas impressionam pelo gigantismo das superfícies, das águas e das florestas, ante a rarefação e a pobreza do habitante. Recordamos a impressão trazida por Euclides da Cunha após sua permanência de um ano nessas paragens como chefe da comissão demarcadora de nossa fronteira com o Peru, no rio Purus, quando o grande escritor, intérprete das forças telúricas de nosso território, as designou por "paraíso perdido".

O enfoque panamazônico que responda à realidade geográfica da região, há de ser aquele que englobe a área como uma unidade ecológica, que dimensione o todo em termos de necessidades e soluções. O problema do estatuto político internacional, capaz de traduzir essa visão regionalista, não precisará ser, desde o início, um instrumento multinacional. Isto talvez retardasse o processo de criação

das *áreas-pólos de fronteiras*, pela necessidade de harmonizar uma multiplicidade de interesses que seriam válidos num local mas não em outro, ou, no afã de se encontrar um denominador comum através de tratado multinacional, talvez se chegasse a um estatuto muito genérico, que não servisse para estimular a criação e o progresso dessas áreas-pólo. Melhor seria ir-se fazendo acordos bilaterais ou trilaterais conforme a necessidade de cada base de desenvolvimento. O exemplo das áreas fronteiriças desenvolvidas e já integradas na região sul — Santana do Livramento — Rivera (Uruguaí), Uruguaiana — Los Libres (Argentina), revelou de sobejo que é mais eficaz o acordo bilateral entre os países interessados em cada uma, do que iniciar-se por um protocolo multinacional.

As ações desbravadoras partidas da frente atlântica e do planalto central criaram pólos cuja articulação continental vertebrará parte da imensa planície amazônica. Como já vimos, Belém, Manaus, Santarém, Marabá, Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista são bases de apoio administrativo e de suporte logístico para sua vertebração. A articulação dessa com a outra parte mais atrasada de desenvolvimento, representada pela larga frente constituída pelo arco fronteiriço virá depender do impulso que os países diretamente interessados sejam capazes de imprimir ao fortalecimento dessas áreas-pólo que já existem em embrião; falta-lhes estrutura política e apoio econômico para que estas se transformem em centros propulsores de progresso regional, irradiando benefícios de desenvolvimento em círculos cada vez maiores e interligando-se com os outros pólos de dentro e de fora da panamazônia. Aplicar-se-ia ao processo desenvolvimentista panamazônico a "teoria da polarização econômica" do Professor François Parroux, que, segundo quer nos parecer, é a mais indicada ao planejamento de desenvolvimento de vastas regiões desabitadas.

A conexão dos pólos e das áreas-pólo das três frentes de abordagem panamazônica — atlântica, do planalto central e do arco fronteiriço — por meio de

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A PANAMAZÔNICA

PAÍS	KM ² (unidade mil)	% da área	POPULAÇÃO (1000 hab)	DENSIDADE (hab/km)
Brasil	4.871	69	10.000	2,00
Bolívia	648	9,2	500	0,77
Peru	610	8,7	540	0,88
Equador	134	1,9	70	0,59
Colômbia	624	8,8	260	0,41
Venezuela	176	2,4	15	0,08
TOTAIS	7.063	100	11.385	1,60

AMÉRICA DO SUL

